tração destes Serviços, tomada em reunião de 10 do corrente, foi celebrado contrato de trabalho com a Dr.ª Carla Patrícia Chambel Vicente, com início em 12 de Janeiro de 2005 e termo em 11 de Janeiro de 2006, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe (gestão e administração pública), nos termos da alínea h) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, remunerados mensalmente pelo índice 400 da Tabela de Remunerações dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, e pelo prazo de um ano, podendo ser renovado nos termos do artigo 139.º do Código do Trabalho e artigo 10.º da sobredita Lei n.º 23/2004. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Fernando Ceia Biscaíno*.

Aviso n.º 1127/2005 (2.ª série) — AP. — *Contrato de trabalho a termo resolutivo — termo certo.* — Para os devidos efeitos, torna-se público que, por deliberação do conselho de administração destes Serviços, tomada em reunião de 10 do corrente, foi celebrado contrato de trabalho com o engenheiro Ricardo Jorge dos Santos Delgado, com início em 12 de Janeiro de 2005 e termo em 11 de Janeiro de 2006, para o exercício de funções correspondentes à categoria de técnico de 2.ª classe (engenharia electromecânica), nos termos da alínea h) do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, remunerado mensalmente pelo índice 295 da Tabela de Remunerações dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, e pelo prazo de um ano, podendo ser renovado nos termos do artigo 139.º do Código do Trabalho e artigo 10.º da sobredita Lei n.º 23/2004. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Janeiro 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Fernando Ceia Biscaíno*.

Aviso n.º 1128/2005 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Para os efeitos previstos e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na actual redacção, torna-se público que por deliberação do conselho de administração destes Serviços Municipalizados, tomada em reunião de 28 de Julho último, foi autorizada a renovação, por um ano, com início em 1 de Setembro de 2004, do contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da alínea d) do artigo 18.º do sobredito diploma legal, com Sandra Isabel Guerra Bilé e Maria Julieta Avelina da Piedade Rodrigues Medeiros, para o desempenho de funções correspondentes à categoria de auxiliar de serviços gerais.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Fernando Ceia Biscaíno*.

Aviso n.º 1129/2005 (2.ª série) — AP. — *Renovação de contrato de trabalho a termo certo.* — Para os efeitos previstos e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, na actual redacção, torna-se público que por deliberação do conselho de administração destes Serviços Municipalizados, tomada em reunião de 29 de Novembro último, foi autorizada a renovação, por mais seis meses, com início em 1 de Janeiro de 2005, do contrato de trabalho a termo certo, celebrado ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 da alínea d), do artigo 18.º do sobredito diploma legal, com a engenheira Ana Cristina Grácio Margarido, para o desempenho de funções relacionadas com engenharia do ambiente e correspondentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

13 de Janeiro 2005. — O Presidente do Conselho de Administração, *António Fernando Ceia Biscaíno*.

Regulamento n.º 4/2005 — AP. — *Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água.* — *Nota justificativa.* — Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, e do Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, foi elaborado o Regulamento Municipal do Serviço de Abastecimento de Água,

posteriormente alterado com a finalidade de contemplar os mecanismos para protecção do utente dos serviços públicos essenciais estabelecidos pela Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de Junho.

Reconhecendo-se a necessidade de alterar, completar ou melhorar diversas das disposições desse regulamento, adaptando-o às especiais exigências de funcionamento dos Serviços Municipalizados, às condicionantes técnicas resultantes do exercício da sua actividade, e aos mecanismos de garantia e defesa dos consumidores, com especial relevância para as questões da salubridade e da defesa do controlo da qualidade da água, tanto ao nível da rede pública como das instalações prediais particulares, foi elaborada a presente proposta de regulamento.

Em cumprimento, respectivamente, do n.º 2 do artigo 32.º e do artigo 2.º dos sobreditos Decreto-Lei n.º 207/94, de 6 de Agosto, e Decreto Regulamentar n.º 23/95, de 23 de Agosto, compete ao conselho de administração deliberar, aprovar e submeter à aprovação da Câmara Municipal, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal, o presente projecto do Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água, nos termos do artigo 52.º, n.º 2, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nos termos das disposições acima referidas, conjugadas com o n.º 8 do artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa e no âmbito das competências previstas no artigo 26.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º e alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se a aprovação em projecto do presente Regulamento, submetendo-o posteriormente a discussão pública e audiência dos interessados em obediência ao disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com a redacção da Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito do fornecimento

1 — A Câmara Municipal de Portalegre, como entidade gestora do sistema de abastecimento de água ao município de Portalegre, adiante designada, para efeitos deste Regulamento por EG, fornecerá água potável, para consumo doméstico, comercial, industrial, público ou outro, a todos os prédios situados nas zonas do concelho, servidas pela rede geral de distribuição.

2 — Enquanto se mantiver a municipalização dos serviços de abastecimento de água ao concelho de Portalegre, as atribuições da EG ficam cometidas aos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Portalegre.

Artigo 2.º

Abastecimentos prioritários

O abastecimento de água às indústrias não alimentares e a instalações com finalidade agrícola fica condicionado à existência de reservas que não ponham em causa o consumo da população e dos serviços públicos essenciais.

Artigo 3.º

Protocolos de gestão

1 — Se as disponibilidades o permitirem, poderá a EG fornecer água a populações de outros municípios, fora da sua área de intervenção, em condições a acordar, caso a caso, com as entidades interessadas, ou estabelecer protocolos de gestão intermunicipal de sistemas de abastecimento, tanto a nível da elevação e adução, como da distribuição.

2 — A gestão e exploração, total ou parcial, do sistema municipal de abastecimento de água pode ser objecto de concessão a entidades públicas ou privadas de natureza empresarial, nos termos da legislação em vigor.